

RELATÓRIOS CONTÁBEIS PARA GESTÃO DOS NEGÓCIOS

AUTORES

Ana Izabella FERREIRA

David Mendes dos SANTOS

Eder Roberto de SOUZA

Luana da Conceição TRENTIN

Discentes da União das Faculdades dos Grandes Lagos

Bruna Grasseti FONSECA

Ermerson Rogério de SOUZA

Rafael BARONI

Vinicius ROSSI

Docentes União das Faculdades dos Grandes Lagos

RESUMO

Também conhecidos como informes, os relatórios contábeis ganharam destaque conforme as práticas da Contabilidade evoluíram no dia-a-dia corporativo. Apesar de muitos atribuírem conceitos errados ao departamento contábil, remetendo sempre à burocracia tributária, não há dúvidas de que os gestores modernos utilizam-se destes relatórios para gerenciar melhor suas empresas. Para falar da importância dos relatórios contábeis, precisamos começar conceituando a Contabilidade. A Contabilidade é a ciência que estuda, interpreta e registra os fenômenos que afetam o patrimônio de uma determinada entidade. Ou seja, faz o registro e a análise de todos os fatos relacionados com a formação, a movimentação e as variações do patrimônio administrativo vinculado à entidade. Sua função é garantir controle e fornecer aos administradores (gerência, direção, acionistas e outros) as informações sobre o estado patrimonial e o resultado das atividades desenvolvidas pela empresa. Os relatórios contábeis, portanto, são exposições detalhadas e resumidas dos dados colhidos pela contabilidade. Seu principal objetivo é relatar os principais fatos financeiros registrados em um determinado período.

PALAVRAS - CHAVE

Contabilidade, Relatórios Contábeis, gestão.

1. INTRODUÇÃO

As Demonstrações Contábeis, também conhecidas como demonstrações financeiras, são o conjunto de informações que devem ser obrigatoriamente divulgadas anualmente pela administração de uma empresa e representa a sua prestação de contas para os sócios e acionistas e também os diversos usuários da contabilidade. São destinadas também a atender as necessidades dos usuários que não estejam em condições de exigir relatórios adaptados para atender às suas necessidades específicas de informação.

Segundo o IBRACON(2012):

[...]o objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados.

O estudo da estrutura de balanço e sua análise tem sofrido uma grande evolução conceitual e pratica, no sentido de abranger esquemas de interpretação que não se limitem aos indicadores horizontais e verticais, assim como ao cálculo de índices tradicionais. Os principais avanços que ocorreram no instrumental de avaliação de empresas e buscou atender à necessidade crescente dos analistas adquirirem uma visão mais ampla sobre a matéria.

As demonstrações contábeis são relatórios em que mostram a real situação da empresa em determinado período, com o intuito de fornecer informações a respeito da situação que a empresa se encontra. De uma forma simples podemos dizer que os relatórios contábeis são a exposição resumida e ordenada das informações fornecidas pela contabilidade em determinado período.

Os relatórios contábeis se dividem entre obrigatórios e não obrigatórios. Os não obrigatórios, embora não sejam exigidos por lei, também devem ser praticados e considerados na tomada de decisão. Os obrigatórios são aqueles que fornecem informações sobre o patrimônio, sobre lucros e prejuízos, sobre a origem dos recursos. Dentre eles, destacam-se: balanço patrimonial; demonstração do resultado; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; entre outros.

2. BALANÇO PATRIMONIAL – BP

O Balanço Patrimonial é um dos relatórios contábeis obrigatórios, ele apresenta a situação patrimonial da empresa em um determinado momento, geralmente o final do exercício. Sendo o Balanço Patrimonial o mais importante dos relatórios gerados pela contabilidade.

O balanço apresenta a posição patrimonial e financeira de uma empresa em um determinado período, as informações fornecidas por esse demonstrativo é totalmente estática e relevantes informações de tendências podem ser extraídas de seus diversos grupos de contas, o balanço servirá como elemento de partida para o conhecimento da situação econômica e financeira da empresa.

O Balanço Patrimonial é dividido em dois grupos, o lado esquerdo é composto com as contas do ATIVO e do lado direito ficam as contas do PASSIVO, ainda do lado esquerdo encontra-se as contas do PATRIMÔNIO LIQUIDO.

- a. **ATIVO** definimos que, são os bens e direitos da empresa. Todas as contas que são relacionadas as aplicações de recursos efetuadas pela empresa, recursos esses que poderão estar distribuídos em ativos circulantes que são os que tem um alto giro de rotação, como: valores em caixa, valores a receber a curto prazo e demais contas. Os ativos não circulantes que são os realizáveis a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível completam o outro grupo de contas.
- b. **PASSIVO** podemos definir que são os deveres e obrigações da empresa, cujos valores encontra-se investidos nos ativos. Os recursos do passivo são classificados como curto prazo e longo prazo, sendo, definidos por passivo circulante e passivo não circulante respectivamente.
- c. **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** é representado pela diferença entre o total do Ativo e do Passivo em determinado período. Identifica os recursos próprios da empresa, formado pelo Capital Social que são os investimentos dos acionistas ou sócios da empresa. Além do Capital Social, o Patrimônio Líquido é formado pelos Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Capital, Reservas de Lucros entre outros.

Estrutura básica do balanço patrimonial.

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
Realizável à Longo Prazo	Patrimônio Líquido
Investimento	Capital Social
Intangível	Reservas de Capital
	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Reservas de Lucros
	Ações em Tesouraria
	Prejuízos Acumulados

De acordo com art. 178 da Lei nº 6.404/76 (alterado pela Lei nº 11.941 de 2009), o Ativo é dividido em Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, composto por ativo realizável à longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. Suas contas são ordenadas em ordem decrescente de liquidez.

Ainda de acordo art. 178 da Lei nº 6.404/76, o grupo do Passivo é dividido em Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido, este último subdividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados. Sendo essas contas classificadas de forma ordenada e uniforme para que os usuários possam compreender e interpretar corretamente as informações fornecidas pelo balanço.

3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE

A Demonstração do Resultado do Exercício é uma evidencialização do resultado líquido do período através da apresentação resumida das operações realizadas pela empresa durante o exercício social. Através dessa demonstração é apresentado lucro ou prejuízo da empresa durante um período.

O lucro ou prejuízo é resultante de receitas, custos despesas incorridos pela empresa no período e apropriados segundo o regime de competência, independente de terem sido esses valores pagos ou recebidos.

Orientações básicas para elaboração da DRE segundo Assaf Neto (2012).

- a. A DRE retrata as principais operações realizadas por uma empresa em determinado período (exercício social), destacando as receitas e despesas realizadas e o resultado líquido;
- b. As receitas e despesas do período são consideradas na DRE de forma independente de sua realização financeira. Ou seja, as receitas de vendas são registradas quando são realizadas; a despesa pessoal é considerada no próprio mês de prestação de serviços, mesmo que ainda não tenha sido paga; a despesa de imposto de renda é inserida na DRE no exercício que se refere quando o imposto é declarado;
- c. Na DRE consolidada devem ser destacados os resultados líquidos referentes à participação de acionistas ou sócios minoritários e majoritários;
- d. Os custos dos produtos vendidos ou serviços prestados são reconhecidos na DRE em conjunto com as receitas do mesmo período. Assim os custos e despesas contabilizados correspondem as receitas de vendas apuradas no período.

A Atual legislação estabelece sequência de apresentação dos vários elementos da demonstração do resultado para efeitos de publicação. Uma estrutura baseada na legislação vigente e normalmente adotada pelas empresas é apresentada no quando a seguir.

RECEITA OPERACIONAL BRUTA Vendas de Produtos Vendas de Mercadorias Prestação de Serviços (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA Devoluções de Vendas Abatimentos Impostos e Contribuições Incidentes sobre Vendas = RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (-) CUSTOS DAS VENDAS Custo dos Produtos Vendidos Custo das Mercadorias Custo dos Serviços Prestados = RESULTADO OPERACIONAL BRUTO (-) DESPESAS OPERACIONAIS Despesas Com Vendas Despesas Administrativas (-) DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS Despesas Financeiras (-) Receitas Financeiras Variações Monetárias e Cambiais Passivas (-) Variações Monetárias e Cambiais Ativas OUTRAS RECEITAS E DESPESAS Resultado da Equivalência Patrimonial Venda de Bens e Direitos do Ativo Não Circulante (-) Custo da Venda de Bens e Direitos do Ativo Não Circulante = RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E SOBRE O LUCRO (-) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro = LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES (-) Debêntures, Empregados, Participações de Administradores, Partes Beneficiárias, Fundos de Assistência e Previdência para Empregados (=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Segundo o § 1º do art. 187 da Lei nº 6.404/76, serão computados na determinação do resultado as receitas e os rendimentos ganhos, independente da sua realização em moeda; e os custos, despesas, encargos e perdas pagos ou incorridos, correspondentes as receitas e rendimentos.

4. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

A demonstração do fluxo de caixa tem como objetivo evidenciar informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos efetuados pela empresa, e ainda, revelar os saldos das disponibilidades imediatas, em determinado período ao qual se refere o demonstrativo. É através deste demonstrativo que é possível analisar se a organização é capaz ou não de produzir fluxos positivos.

Segundo Santos (2005, p. 17), “o DFC é um demonstrativo financeiro que demonstra a variação líquida do saldo contábil do caixa e equivalentes ao caixa num período reportado, detalhando os pagamentos e recebimentos que causaram essa variação.”

Somente uma análise de fluxo de caixa pode identificar o que uma empresa está realmente fazendo. Vitalidade e fraqueza financeira não são necessariamente visíveis pela análise de coeficientes de uma demonstração de resultados e de um balanço patrimonial. (BLATT. pág. 124, 2001)

A DFC permite aos investidores, credores e gestores avaliarem a capacidade da empresa de gerar fluxos de caixa positivo, honrar seus compromissos, pagar dividendos, empréstimos. E ainda é utilizado para a análise dos índices de liquidez, solvência e flexibilidade financeira da entidade.

Conforme Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p.440):

As informações da DFC, principalmente quando analisadas em conjunto com as demais demonstrações financeiras, podem permitir que investidores, credores e outros usuários avaliem:

- a. A capacidade de a empresa gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa;
- b. A capacidade de a empresa honrar seus compromissos, pagar dividendos e retornar empréstimos obtidos;
- c. A liquidez, solvência e flexibilidade financeira da empresa;
- d. A taxa de conversão de lucro em caixa;
- e. O grau de precisão das estimativas passadas de fluxos futuros de caixa;
- f. Os efeitos sobre a posição financeira da empresa, das transações de investimento e de financiamento;
- g. A performance operacional de diferentes empresas, por eliminar os efeitos de distintos tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos.

O DFC proporciona uma análise das disponibilidades que saíram e que entraram na empresa. Sendo assim, é uma importante ferramenta administrativa, que poderá levar os gestores a tomarem decisões norteadoras quanto ao destino e proveniência dos recursos, tanto quanto tomar decisões administrativas para melhor utilizarem tais recursos em prol da eficácia dos negócios da entidade.

Este demonstrativo pode ser desenvolvido de duas maneiras, pelo método direto ou indireto, apresentaremos os dois métodos.

4.1 FLUXO DE CAIXA DIRETO

O DFC desenvolvido pelo método direto, é elaborado a partir das entradas e saídas de recursos. Neste modelo, parte-se do total das movimentações auferidas, onde são registrados as variações nas contas a receber e a pagar, juntamente com a variação das demais contas ligadas ao lado operacional, como salários e impostos. Por final são registradas as variações nas contas de investimentos e financiamentos.

No método direto, todas as entradas e saídas do caixa relativas às atividades operacionais são apuradas e apresentadas por classe de transações: total recebido dos clientes e de outras atividades operacionais, total pago aos fornecedores e funcionários, impostos, etc. (SANTOS. pág. 20, 2005)

Segundo Padoveze (2009), o fluxo de caixa pelo método direto é elaborado da seguinte maneira:

Entradas

(+) recebimento de clientes.....xxxxx

Saídas

(-) Pagamentos a Fornecedores.....xxxxx

(-) Impostos recolhidos.....xxxxx

(-) Pagamento a pessoal.....xxxxx

(-) Despesas gerais.....xxxxx

(-) Impostos sobre o lucro.....xxxxx

= Saldo das atividades operacionais.....xxxxx

(+/-) Entradas/saídas das atividades investimentos.....xxxxx

= Sado das atividades de investimentos.....xxxxx

(+/-) Entradas/saídas das atividades de financiamento.....xxxxx

= Saldo das atividades de financiamento.....xxxxx

= Saldo do período.....xxxxx

(+) Saldo inicial das disponibilidades.....xxxxx

= Saldo disponível.....xxxxx

O DFC elaborado pelo método direto consiste no agrupamento e ordenação de todos os pagamentos e recebimentos efetuados no período que sejam 34 ligados a operação da organização.

Sendo assim, é possível observar quais os meios de providência dos recursos, assim como o destino desses.

4.2 FLUXO DE CAIXA INDIRETO

O DFC elaborado pelo método indireto, parte do resultado do exercício, onde são adicionadas ou subtraídas as receitas e despesas que não representaram entradas ou saídas do caixa. Dessa forma, busca-se demonstrar o resultado de caixa, partindo do DRE.

Segundo Silva (2007), no método indireto chega-se ao mesmo resultado de caixa do modelo direto, porém, com mais riqueza de informações.

Conforme Santos (2005), no método indireto os recebimentos e pagamentos das atividades operacionais são representados pelo resultado líquido do exercício, ajustando-se a adição ou subtração das seguintes transações:

- Receitas e despesas que não foram recebidas e pagas. Ex:(contas a receber e salários a pagar);
- Receitas e despesas do ano anterior que compunham o resultado anterior e liquidadas no período em análise. Ex: (contas a receber e salários a pagar);
- Outros ajustes no resultado do ano que não afetam o caixa; (Ex: depreciação e amortização);

- d. Outros pagamentos ou recebimentos sem efeito no resultado, mas que possuem características de atividade operacional. Ex: (adiantamentos a clientes e a funcionários).

Segundo Neto e Silva (2002, p.50), um modelo para elaboração do DFC pelo método indireto apresenta-se da seguinte forma:

Lucrolíquido.....	xxxxxxx
+ Variação de valores a receber.....	xxxxxxx
+ Variação dos estoques.....	xxxxxxx
+ Variação de fornecedores.....	xxxxxxx
+ Variação de impostos de renda a pagar.....	xxxxxxx
+ epreciação.....	xxxxxxx
= Fluxo de caixa proveniente das operações.....	xxxxxxx

O DFC elaborado pelo método indireto permite que seja feita uma comparação entre o resultado patrimonial e o resultado financeiro, ou seja, a comparação entre o regime de competência, apurado no DRE e o resultado pelo regime de caixa, apontado do DFC indireto.

5. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A DMPL é um relatório contábil que mostra as variações ocorridas nas contas integrantes do grupo Patrimônio Líquidas.

Nesta demonstração contábil são evidenciados os saldos iniciais, os ajustes de exercícios anteriores, os aumentos do Capital, as Reversões de Reservas, o Lucro Líquido do Exercício e sua destinação, além dos saldos finais das respectivas contas que compõem o Patrimônio Líquido da entidade.

A DMPL está prevista no §2º do art. 186 da Lei nº 6.404/76.

§2º A DLPA deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na DMPL, se elaborada e publicada pela companhia.

Conforme o parágrafo, a Lei das Sociedades por Ações concede à empresa a opção de elaborar a DMPL em substituição à DLPA. Entretanto, a partir de 1985, Sociedades Anônimas de Capital Aberto ficaram obrigadas, por resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a elaborar essa demonstração, ficando dispensadas da elaboração da DLPA.

Os dados para a elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido também são extraídos do Livro Razão. A empresa poderá elaborar e publicar a DMPL em substituição à DLPA devido estar contida nela. A grande finalidade dessa demonstração é mostrar claramente o porquê das variações entre os saldos das contas do patrimônio líquido do fim do exercício anterior e os saldos do fim do exercício atual; é mostrar o que fez mudar o valor do patrimônio líquido como um todo e o que houve de alterações internas, dentro de suas contas, mesmo que sem alteração de seu valor total.

Assim, o grande objetivo da demonstração de mutações patrimoniais é exatamente o de explicar as causas da variação dessa diferença entre ativos e passivos exigíveis durante um determinado período. Além

disso, como uma das grandes razões dessa alteração do patrimônio líquido é o resultado, e quando ele é positivo (lucro) precisa receber uma destinação, torna-se a análise dessa destinação bem mais rica com essa demonstração.

Afinal, muitos valores oriundos de lucros ficam definitivamente retidos (como no caso de sua incorporação ao capital); outras vezes ficam retidas para eventuais futuras utilizações na distribuição de dividendos, no caso de haver possibilidade (reservas de contingências ou as constituídas para suportar situações financeiras incompatíveis com distribuição de dividendos quando o lucro é gerado - §§ 4º e 5º do art. 202 da Lei nº 6.404/76), e em outras ocasiões há retenções de lucros para efetivo pagamento no futuro (reserva de lucros a realizar) etc.

Além disso, existem outras utilidades adicionais. Uma vez feita a demonstração das mutações patrimoniais, fica também facilitada a montagem da demonstração das origens e aplicações de recursos, pois se têm facilmente evidenciadas as origens de recursos provocadas por modificações do patrimônio líquido e as aplicações relativas à utilização de valores que dele constavam (dividendos, prejuízos, devoluções de capital, aquisições de ações próprias etc.)

As modificações nos componentes do patrimônio líquido decorrem dos seguintes fatos:

- a) Aumento de capital por subscrição;
- b) Aumento de capital por incorporação de reservas de lucro;
- c) Aumento de capital por incorporação de reservas de capital;
- d) Aumento de capital por incorporação de lucros acumulados;
- e) Redução do capital por prejuízos não absorvidos por lucros ou reservas;
- f) Ajuste de exercícios anteriores;
- g) Reversões de reservas de lucros;
- h) Transferência do lucro ou prejuízo líquido do exercício;
- i) Destinação do lucro líquido do exercício;
- j) Dividendos a acionistas.

6. COMO ELES SÃO ELABORADOS?

Uma pequena empresa oferece desafios que surpreendem a maioria de seus gestores. É fundamental estar preparado para superá-los sem grandes dificuldades. A elaboração de um relatório contábil exige conhecimento e uma visão diferenciada sobre as questões econômicas do negócio.

Dessa forma, o uso de um software de gestão financeira é uma ótima escolha para quem deseja praticidade. Com ele, é possível obter informações de todas as contas a pagar e receber. Além disso, essa tecnologia deve funcionar remotamente para aumentar a flexibilidade na rotina de trabalho de um administrador.

Entretanto, não basta apenas utilizá-lo e fazer uso de técnicas incorretas. O sucesso da gestão depende do equilíbrio entre um software eficiente e adequado às suas necessidades e de práticas que trazem bons resultados.

Antes de tomar qualquer atitude, é necessário criar um bom plano de contas. Nessas horas, deve-se evitar a generalização. Ou seja, a lista dos registros existentes deve respeitar a hierarquia dos produtos e subprodutos da gestão.

Por exemplo, se existe mais de um tipo de produto à venda, seus lançamentos devem ser lançados separadamente. Outra questão muito importante está relacionada ao provisionamento de valores. Todos os valores devem ser provisionados, em curtos e longos prazos. Quando isso não acontece, o balancete fica incompleto.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos ver, as Demonstrações Contábeis são um relevante e extraordinário instrumento, usado para auferir e analisar informações, relacionadas às operações da empresa. Sendo, portanto, um conjunto de procedimentos destinados a evidenciar a posição financeira e patrimonial da entidade, apresentando dados importantes que servirá de auxílio na tomada de decisões por todos os usuários dos sistemas contábeis e todos os setores correlacionados ao mesmo.

A apresentação dos relatórios contábeis possibilita, de acordo com o relatório escolhido, obter dados específicos e sintetizados da situação econômico-financeira do negócio. As Demonstrações Contábeis se tornam uma espécie de “raio-x” da empresa, que permite, sobre análise de vários ângulos, constatar sua situação presente, passada e conseqüentemente cogitar situações futuras.

É inegável que esse instrumento de divulgação de informações se torna essencial para o desenvolvimento de uma empresa. Não podemos perder de vista que até os investimentos de terceiros se apoiam justamente nesses dados, por isso, é de suma importância a integridade das informações fornecidas e que estejam de acordo com a realidade da empresa; para tal efeito é importante que sigamos os princípios contábeis e éticos para a escrituração.

8. REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços, um enfoque econômico financeiro**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços, um enfoque econômico financeiro**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços, um enfoque econômico financeiro**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; **Análise de Balanços**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade: das sociedades por ações**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução a teoria da contabilidade: para o nível de graduação**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria: estratégica e operacional**. São Paulo: Thomson Learning, 2003.

PADOVEZE, Clóvis luís. **Contabilidade gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Cosme dos. **Guia Prático para Elaboração do Demonstrativo dos Fluxos de Caixa**: conforme padrões de contabilidade: americano, internacional e brasileiro. Curitiba: Juruá, 2005.